

Brasília-DF, 14 de abril de 2010.

Servidores do Ministério do Trabalho mantêm paralisação

A greve por tempo indeterminada realizada pelos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no Paraná desde o último dia 6 de abril ganhou o reforço de servidores das agências de pelo menos mais dez estados, que aderiram ao movimento na segunda-feira. Ontem, os grevistas da superintendência de Curitiba decidiram manter a paralisação, em assembleia realizada pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social do Paraná (Sindprevs).

Dentre as reivindicações, a categoria pede a implantação de um novo plano de carreira, a contratação de mais servidores, a melhoria das condições de trabalho e a criação de uma nova jornada de trabalho com atendimento ao público de 12 horas.

De acordo com a Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), que coordena nacionalmente a paralisação, passaram a aderir à greve os servidores do MTE nos estados do Acre, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Sergipe e São Paulo.

No Paraná, já aderiram ao movimento os servidores das agências de Curitiba, Maringá, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu, sendo que nestas duas últimas agências a adesão foi total e os atendimentos ao público não estão sendo realizados. Na capital, cerca de 70% dos servidores cruzaram os braços e o atendimento já começa a ficar comprometido.

O MTE informou que todos os itens da pauta de reivindicações foram atendidos, com exceção do plano de carreira, para o qual o ministério não tem governança. O MTE ressaltou, inclusive, que chegou a realizar um fórum de Melhoria de Condições de Trabalho no mês de março. Já o Ministério do Planejamento, ao qual caberia o deferimento ou não da última reivindicação, ainda não se posicionou sobre o assunto. Newton Almeida O Estado do Paraná.

Greve para Ministério do Trabalho em S. Paulo

REGIANE SOARES VON ATZINGEN – DIÁRIO DE S. PAULO

A greve dos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego suspendeu todos os atendimentos realizados na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo. Trabalhadores que procuraram serviços como seguro-desemprego, carteira profissional, registro profissional ou audiências de conciliação no prédio da Rua Martins Fontes, no Centro da capital, foram informados pelos grevistas sobre a paralisação por tempo indeterminado.

Cidades do interior paulista como Presidente Prudente, São José dos Campos, Guaratinguetá, Osasco, Campinas, São Carlos e Araraquara também estão com os serviços suspensos, segundo o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado de São Paulo.

Os grevistas reivindicam melhores condições de trabalho e de atendimento à população e a implantação imediata de plano de carreira específico para a categoria, além de regulamentação da jornada de 30 horas semanais, com dois turnos de seis horas cada. A paralisação foi aprovada em assembleia no dia 31 de março porque, segundo o sindicato, o Governo suspendeu as reuniões para discutir as reivindicações.

“O grande responsável por isso (suspensão dos serviços) é Governo que rompeu as negociações com a categoria”, afirmou Beth Lima, diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef).

Procurado pela reportagem, o Ministério do Trabalho e Emprego não se manifestou.

Greve atinge Ministério do Trabalho a partir de hoje

Movimento atinge setor do seguro-desemprego; apenas os 50 primeiros que chegarem à sede do MTE em Sorocaba (rua 28 de Outubro, 259) serão atendidos

Uma greve vai atingir a partir de hoje metade do serviço de atendimento ao público no setor de seguro-desemprego do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em Sorocaba. O órgão informou que distribuirá senha, a partir das 8h, aos primeiros 50 contribuintes que compareceram ao local. Os demais não serão atendidos.

Dos quatro servidores que atuam no setor, dois vão aderir ao movimento, que teve início ontem em nível nacional. Eles reivindicam plano de carreira e aumento salarial. Por conta disso, o atendimento aos que procuram o Ministério para resolver pendências relativas ao seguro-desemprego ficará limitado. Num dia normal, o MTE atende de 100 a 120 pessoas nesta situação.

Segundo Mônica Anunciato Marques da Silva, chefe da fiscalização e gerente substituta da Gerência Regional do MTE em Sorocaba, os servidores que entrarão em greve não podem ser substituídos. São funcionários que trabalham com senhas próprias, porque o sistema é online, integrado com Brasília, explica, dizendo que é inevitável a diminuição no atendimento.

Além da distribuição das senhas aos primeiros 50 contribuintes, a direção do MTE local pretende colocar, na frente do prédio, uma faixa fornecida pelo comando da greve, explicando os motivos da paralisação.

A orientação é para que as pessoas cheguem cedo, sob o risco de não serem atendidas. A gente pede para que venham cedo, porque quem depende do seguro-desemprego muitas vezes está sem trabalho e gasta com a passagem do ônibus, afirma Mônica. O Ministério do Trabalho disponibilizará duas linhas telefônicas para orientar os contribuintes que queiram saber como está a situação: (15) 3218-2546 e (15) 3218-2547. Outra orientação é para que o contribuinte procure uma agência da Caixa Econômica Federal, pois algumas pendências podem ser resolvidas via banco.

Além dos dois funcionários do setor de seguro-desemprego, um terceiro servidor também entrará em greve em Sorocaba a partir de hoje. Ele trabalha na área chamada de mesa redonda (mediação e acordo coletivo) e, segundo a gerente substituta, neste caso a paralisação não afetará o atendimento ao público. Os demais setores do MTE também funcionarão normalmente.

Motivos da greve

A principal reivindicação dos grevistas é a elaboração de um plano de carreira específico para os servidores do Ministério do Trabalho e Emprego. Recebemos o pior salário da administração pública federal, afirma Bete Lima, diretora da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal e uma das coordenadoras da greve. No plano de carreira proposto, está incluída a equivalência salarial com os servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que recebem, segundo ela, R\$ 1,5 mil a mais que os trabalhadores do MTE.

Outra reclamação do comando de greve diz respeito às condições de trabalho. Segundo Bete, 40% dos 2,1 mil novos servidores admitidos pelo último concurso público já se desligaram do trabalho, pois passaram em concursos de outros órgãos. E o Ministério está ficando cada vez mais sem condições de atendimento. A situação é caótica, reclama.

De acordo com a coordenadora do movimento, a greve deve atingir pelo menos 13 Estados brasileiros. Até ontem, porém, ainda não havia a estimativa de quantos servidores aderiram à paralisação. Em todo o Brasil, são sete mil trabalhadores ligados a Ministério.

Uma outra greve havia ocorrido no final do ano passado, entre novembro e dezembro. Foram 35 dias de paralisação, mas sem a adesão de trabalhadores de Sorocaba. Na época, segundo Bete, houve o início de uma negociação com o Governo Federal, que deveria ter apresentado proposta de melhorias no dia 8 de março, o que não ocorreu. Simplesmente o Governo disse que não tinha nada a oferecer e nem colocou sua posição por escrito, ou seja, frustrou o processo de negociação. Não nos resta outra alternativa a não ser fazer a greve, até porque o atendimento está cada vez mais precário.

A reportagem do jornal Cruzeiro do Sul entrou em contato com a assessoria de imprensa do Ministério do Trabalho e Emprego, em Brasília, para saber o posicionamento do órgão, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

O MTE em Sorocaba fica na rua 28 de Outubro, 259, Jardim do Paço, próximo da Prefeitura de Sorocaba.

Rodrigo Gasparini - Notícia publicada na edição de 13/04/2010 do Jornal Cruzeiro do Sul